

**PREJULGADO DE TESE Nº 020, 25 de agosto de 2015.****RESOLUÇÃO Nº 12.022****Processo nº 201509288-00**

**EMENTA:** CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. INTELIGÊNCIA DOS ART'S. 37, XVI, E 38, III, AMBOS DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO ROL TAXATIVO FIXADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ATRAVÉS DE LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL. APRECIACÃO DO CASO CONCRETO PARA VERIFICAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO (ART. 38, III, DA CF/88). INCONSTITUCIONALIDADE, EM TESE, DE LEI QUE AMPLIA OU RESTRINGE AS POSSIBILIDADES FIXADAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à **unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução da Conselheira Relatora, às **fls. 11-23** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **25 de agosto de 2015.**

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**  
Presidente da Sessão

Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora

**Presentes:** Conselheiros, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, e Sérgio Leão; Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.022

República do Pará  
NO DOE-PA 33.017  
de 23/11/15 à pg. 59

Processo n.º: 201509288-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de São Miguel do Guamá

Interessado: Ver. José Paulo de Lira Júnior

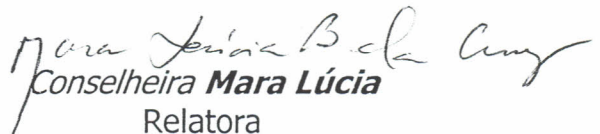
Relatora: Conselheira Mara Lúcia

**EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. INTELIGÊNCIA DOS ART. 37, XVI, E 38, III, AMBOS DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO ROL TAXATIVO FIXADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ATRAVÉS DE LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL. APRECIÇÃO DO CASO CONCRETO PARA VERIFICAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO (ART. 38, III, DA CF/88). INCONSTITUCIONALIDADE, EM TESE, DE LEI QUE AMPLIA OU RESTRINGE AS POSSIBILIDADES FIXADAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 14-22**, com os adendos formulados pelo Conselheiro **Daniel Lavareda**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **25 de agosto de 2015**.

  
Conselheiro **Sérgio Leão**  
Presidente da Sessão

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.022**

**Processo n.º: 201509288-00**

**Assunto:** Consulta

**Órgão:** Câmara Municipal de São Miguel do Guamá

**Interessado:** Ver. José Paulo de Lira Júnior

**Instrução:** DCAP

**Relatora:** Conselheira Mara Lúcia

**Exercício:** 2015

**RELATÓRIO**

**JOSÉ PAULO DE LIRA JÚNIOR**, Vereador-Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, encaminhou **CONSULTA** (fls. 01/02), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde requer, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto à *constitucionalidade de lei municipal, em tese, que amplia o rol de exceções a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, com base no que está disciplinado pelo artigo 37, inciso XVI, da CF/88*, destacando, na hipótese aventada, as seguintes ampliações:

*"É vedada a acumulação remunerada de cargo público, exceto, quando houve compatibilidade de horários:*

- a) de dois cargos de professor;*
- b) de um cargo de professor, com outro cargo técnico científico, de Secretário Municipal;*
- c) de dois cargos privativos de médico;*
- d) de um cargo de provimento efetivo com o exercício do mandato eletivo de vereador."*

Conforme consta, os autos foram recebidos, em Gabinete, na data de **03.07.15** (fl. 04-verso), após o que, proferi despacho recebendo a consulta (fl. 05), tramitando-os, em **06.07.15**, à **DCAP**, dado o permissivo contido no **art. 300, §4º, do RITCM-PA (Ato n.º 16/2013)**, para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes doutrinários e/ou jurisprudenciais, que atendessem à solicitação em questão, o qual foi tempestivamente

*Mara Lúcia*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.022**

elaborado e juntado aos autos, às fls. 06/12, por meio do **Parecer AF n.º 913/2015-DCAP-TCM**, que torno parte integrante do presente relatório<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> **PARECER AF- 913/2015-DCAP-TCM**

**PROCESSO N.º 201509288-00**

**PROCEDÊNCIA: CÂMARA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ**

**INTERESSADO: JOSÉ PAULO DE LIRA JÚNIOR, VEREADOR PRESIDENTE**

**ASSUNTO: CONSULTA – ACUMULAÇÃO DE CARGOS E RJU**

**Exm<sup>a</sup>. Senhora Conselheira Mara Lúcia Barbalho da Cruz,**

*Conforme determinação de V. Ex<sup>a</sup> às fls. 05, acerca da resposta à consulta formulada pelo Presidente da Câmara de Vereadores de São Miguel do Guamá, Dr. José Paulo de Lira Júnior, que requer deste Tribunal de Contas posicionamento sobre pontuais discrepâncias entre o texto constitucional e o Estatuto dos Servidores daquela municipalidade quanto à acumulação remunerada de cargos, especialmente quanto à inclusão do cargo de Secretário Municipal na regra de exceção do art. 37, XV, b, da Constituição da República (de um cargo de professor com outro técnico ou científico), tem este órgão técnico a se manifestar como segue.*

**PARECER**

*Inicialmente, segundo a Teoria da Supremacia da Constituição idealizada por Hans Kelsen, a Constituição é a mais alta expressão jurídica da soberania popular e nacional. É o instrumento seguro para a manutenção do Estado de Direito. Daí este significar a submissão de todos os indivíduos e dos próprios órgãos do Estado ao Direito, à lei, remontando, em última instância, à submissão à Lei Magna.*

*A Carta Magna é a lei fundamental, o meio mediante o qual uma sociedade se organiza e restringe atos ou exige prestações estatais, seja prescrevendo direitos, deveres e garantias, seja conferindo o fundamento de validade de todas as leis e atos normativos.*

*O Estado tem a Constituição como a norma fundamental de todo seu ordenamento jurídico. Como norma fundamental, entendemos ser aquela originária de todo o processo, aquela que dita dos os valores a serem seguidos, não interessando, para a sociedade, ir além dela.*

*Daí a fundamentação de sua rigidez e supremacia, pois devido a uma maior dificuldade para a modificação da Constituição Federal do que para as demais normas do ordenamento jurídico é que se pode falar em rigidez constitucional, quanto à sua estabilidade. É dessa rigidez que transcorre o poder supremo, onde a Constituição Federal se coloca no topo do sistema jurídico nacional. Dessa forma se fundamenta a ideia de controle de constitucionalidade. Para fazer o enlace entre a Constituição Federal e as demais normas do ordenamento jurídico.*

*Nesse sentido, o renomado autor, José Afonso da Silva conceitua:*

*Nossa Constituição é rígida. Em consequência, é a lei fundamental e suprema do Estado brasileiro. Toda autoridade só nela encontra fundamento e só ela confere poderes e competências governamentais. Nem o governo federal, nem os governos dos Estados, nem os dos municípios ou do Distrito Federal são soberanos, porque todos são limitados, expressa ou implicitamente, pelas normas positivas daquela lei fundamental. (in SILVA,*

*Handwritten signature*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.022

*José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 46).*

*Portanto, as normas do ordenamento jurídico só terão validade se obedecerem à hierarquia da Constituição Federal, sendo elas submetidas ao sistema de controle de constitucionalidade para garantir a sua validade.*

*No caso concreto trazido pelo nobre consulente, utiliza-se o termo “acumulação de cargos” para designar a viabilidade constitucional do exercício simultâneo e remunerado de cargos, empregos ou funções públicas.*

*A acumulação de cargos técnicos não é tema que permita ao intérprete do Direito a formulação de soluções genéricas, aplicáveis a todas ou quase todas as questões judiciais que lhe são submetidas. Ao contrário, exige minuciosa indagação em cada caso. Se há casos em que é fácil identificar a falta de incidência da norma permissiva, a presente consulta deve merecer especial atenção.*

*Trata-se a presente questão de respeito à norma constitucional de natureza cogente a qual se acham vinculados os entes da federação. Norma cogente é aquela que se impõe à quem se aplica, tornando seu cumprimento obrigatório de maneira coercitiva. São as normas de ordem pública, as quais não podem ser derogadas pela vontade do particular pois foram editadas com a finalidade de resguardar os interesses da sociedade.*

*A Magna Carta de 1988 ao tratar da possibilidade de acumulação de cargos expressamente estabeleceu:*

*Art. 37. (...)*

*XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)*

*XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).*

*Ressalte-se que a alínea “c” do inciso XVI, limitava aos médicos a possibilidade acúmulo. Com a alteração pela Emenda Constitucional nº 34, de 13 de dezembro de 2001, o permissivo foi estendido a*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.022**

*todos ocupantes de cargos, empregos ou funções de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas. Esta emenda alterou e garantiu isonomia entre os profissionais de saúde, diante a natureza dos serviços desempenhados. Logo, é possível a acumulação de dois cargos na área da saúde, por estar prevista no artigo 17, parágrafo 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal.*

*Assim, além das possibilidades elencadas no inciso XVI do art. 37, a Constituição ainda traz outras, que estão topograficamente relacionadas com os assuntos tratados em capítulos próprios – também de natureza cogente – e que vêm em amparo à dúvida suscitada na presente consulta, vejamos:*

*“Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;*

*II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;*

*III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade será aplicada a norma do inciso anterior;*

*IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;*

*V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.”*

*Em princípio, para o exercício de mandato eletivo o servidor público ficará afastado do cargo ou emprego. Contudo, em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.*

*Para mandato de Prefeito, o servidor poderá optar pela remuneração do cargo ou emprego público ou pelo subsídio do Chefe do Poder Executivo Municipal.*

*Quando do exercício de mandato de vereador, se houver compatibilidade de horário, o servidor poderá receber as vantagens do cargo, emprego ou função pública.*

*O problema especificamente posto na consulta se refere ao tratamento dado ao Secretário Municipal que, em nosso entender, insere-se no âmbito da classificação de agente político.*

*Na doutrina, existe certa divergência acerca do conceito de agente político. Para Hely Lopes Meirelles, agentes políticos são os componentes do governo nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões por nomeação, eleição, designação ou delegação, para o exercício de atribuições constitucionais. Nesta categoria encontram-se, na órbita municipal, o chefe*

*Handwritten signature*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.022**

*do Executivo (prefeito) e seus auxiliares imediatos (secretários municipais), os membros do Poder Legislativo (vereadores), os membros dos Tribunais de Contas (nos municípios onde houver) e demais autoridades que atuem com independência funcional no desempenho de atribuições constitucionais.*

*Já Celso Antônio Bandeira de Mello adota um critério mais preciso, considerando como agentes políticos titulares dos cargos estruturais à organização política do país, ou seja, ocupantes dos que integram o arcabouço constitucional do Estado, o esquema fundamental do Poder. Daí que se constituem nos formadores da vontade superior do Estado. São agentes políticos apenas o Presidente da República, os Governadores, Prefeitos e respectivos vices, os auxiliares imediatos dos chefes do Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores, Deputados federais e estaduais e Vereadores. Mantêm vínculo de natureza política com o Estado, e não profissional, pois exercem um munus público. O que os qualifica para o exercício da função não é a habilitação profissional, a aptidão técnica, mas sim a qualidade de cidadãos, candidatos possíveis à condução dos destinos da sociedade. A relação jurídica que os vincula ao Estado é de natureza institucional, estatutária. Seus direitos e deveres não advêm de contrato travado com o Poder Público, mas descendem diretamente da Constituição e das leis.*

*Esse mesmo critério é utilizado pelos administrativistas José dos Santos Carvalho Filho e Maria Sylvia Zanella di Pietro, consoante se verifica, respectivamente, em suas obras Manual de Direito Administrativo, 17ª edição, Editora Lumen Juris, página 512, e Direito Administrativo, 20ª edição, Editora Atlas, página 478.*

*Filiamo-nos a essa última corrente, considerando como agentes políticos apenas os que desempenham atividade típica de governo, cumprindo as funções de executores das diretrizes traçadas pelo Estado. Os agentes políticos exercem, pois, as atividades fixadoras de metas, diretrizes e planos governamentais essenciais para a consecução dos objetivos públicos, sendo eles os chefes dos Poderes Executivos federal, estadual e municipal, os ministros e secretários de Estado, os senadores, deputados e vereadores.*

*No âmbito municipal, então, são agentes políticos o prefeito, os vereadores e os secretários municipais. Por esta razão, entende-se por razoável que cumpra ao Secretário o mesmo impedimento constitucional dispensado ao Prefeito, chefe do Poder Executivo, nos estritos termos do art. 38, II, da Constituição da República.*

*Ora, é óbvio que o cargo de Secretário Municipal não pode ser enquadrado naquele conceito de cargo técnico, pois não exige, pela própria natureza de suas funções, conhecimentos profissionais especializados. Observe-se que o que importa é a exigência do cargo. De todo irrelevante que o interessado possua conhecimentos técnicos específicos da área. O que importa, não é demais repetir, para a possibilidade da acumulação, é que o cargo exija conhecimentos profissionais especializados para seu desempenho. O cargo de Secretário Municipal é, por natureza, político, podendo ser exercido por qualquer pessoa, mesmo que não possua conhecimentos da área.*

*Além do impedimento de se alterar norma constitucional de natureza cogente, descabe ao Secretário Municipal o direito de acumular, com remuneração, cargo, emprego ou função pública com o de professor ou outro de cunho científico, sendo este o posicionamento exarado pelo Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo 665187/SP (data de publicação: 17/12/2012), mantendo-se a decisão de instância a quo assim ementada:*

**MANDADO DE SEGURANÇA. Acumulação de cargos públicos. Professor e Secretário Municipal. Impossibilidade de considerar esse**

*mandado*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.022**

*último cargo como técnico ou científico. Segurança denegada. Recurso improvido."*

*Da análise dos dispositivos acima colacionados extraem-se as seguintes ilações:*

- a) a regra é a vedação à acumulação de cargos no sistema constitucional atual, não havendo margem legiferante para os entes federados disporem de modo diverso;*
- b) A Magna Carta não proíbe qualquer acumulação, mas apenas aquela em que há auferimento de receita (acumulação remunerada);*
- c) a Constituição estende a vedação de acumulação tanto a empregos e funções, quanto àquelas existentes na Administração Indireta;*
- d) as exceções previstas no texto constitucional condicionam-se à compatibilidade de horários e se restringem à possibilidade de exercício paralelo de apenas dois cargos, empregos ou funções.*

*Convém anotar que embora inexista expressa disposição constitucional ou legal que imponha um limite de horas à jornada de trabalho do servidor sujeito a regime de acumulação, existiriam limitações implícitas, decorrentes da necessidade de se ofertar aos agentes públicos condições dignas para o exercício das funções que lhe são legalmente cometidas, bem como para lhes proporcionar tempo e condições de convívio social. A jurisprudência dominante limita esta jornada em 60 horas semanais.*

*Ressalte-se, ainda:*

- 1. O princípio da proibição da acumulação de cargos e empregos, inclusive com a ressalva destacada acima, tem por escopo o primado da coisa pública. As exceções estabelecidas não objetivam "privilegiar gratuitamente ou diferenciar pessoas de forma desarrazoada. Não é em seu proveito que se permitem casos de acumulação. Não é para que um servidor passe a ser mais poderoso ou mais afortunado" (in Comentários à Constituição do Brasil, Celso Ribeiro Bastos, São Paulo: Saraiva, 1992, 3º vol, tomo III, p. 123).*
- 2. De maneira consentânea com o interesse público e do próprio servidor, a compatibilidade horária deve ser considerada como condição limitativa do direito subjetivo constitucional de acumular e irrestrita sua noção exclusivamente à possibilidade do desempenho de dois cargos ou empregos com observância dos respectivos horários, no tocante unicamente ao início e término dos expedientes do pessoal em regime de acumulação, de modo a não se abstrair dos intervalos de repouso, fundamentais ao regular exercício das atribuições e do desenvolvimento e à preservação da higidez física e mental do servidor. É opinião de Cretella Júnior que essa compatibilidade "deve ser natural, normal e nunca de maneira a favorecer os interesses de quem quer acumular, em prejuízo do bom funcionamento do serviço público" (in Comentários à Constituição Brasileira de 1988, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, vol. 4).*
- 3. Concluída pela cumulação ilegal o servidor público de boa fé poderá optar por um dos cargos. No caso da cumulação ilegal advir da incompatibilidade de horário, poderá ele solicitar junto ao órgão de Recursos Humanos redução da jornada com redução proporcional da remuneração.*

*Conclui-se, portanto, que viola a Constituição o dispositivo que contempla o cargo de Secretário Municipal na possibilidade de acumulação remunerada com outro de qualquer natureza (inclusive*

*Handwritten signature*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.022**

**É o relatório.**

**VOTO**

**PRELIMINARMENTE**, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**<sup>2</sup>, tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada, como tese, acerca de dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

**NO MÉRITO**, verificado o detalhamento e específico cotejamento da matéria com as previsões legais vigentes, contidas na **Constituição Federal (art. 37, XVI c/c art. 38, incisos I a V)**, realizado pela **DCAP**, nos termos do **Parecer AF n.º 913/2015**, acompanho e adoto como resposta, em sua integralidade a já transcrita manifestação.

Neste sentido, tal como destacado na análise técnica referida, os hipotéticos dispositivos da lei municipal, que consagram a ampliação e restrição, no rol de exceções

---

*emprego ou função pública), que venha dispor a lei local regulamentadora do regime jurídico dos servidores da municipalidade.*

*É o parecer, S. M. J.*

*Belém, 15 de julho de 2015.*

*Antonio Armando Barrau Fascio Neto  
Analista de Controle Externo – Mat. 500000793  
Chefe da DCAP/TCM-PA, em exercício  
FUNDAMENTAÇÃO:*

<sup>2</sup> XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno

*Marcelo*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.022**

à regra prevista no art. 37, XVI, da CF/88, merecem apreciação diferenciada, nos seguintes termos:

- a) Quanto à possibilidade de acumulação de cargo de professor, com outro cargo técnico, científico, ou de secretário municipal, resta-me inequívoco a ocorrência de inconstitucionalidade, visto que amplia, a norma municipal, aquilo que veio ser restringido, pelo texto constitucional.

Verifico que não pode o legislador infraconstitucional ampliar e, assim, inovar, em matéria que já recebeu clara restrição, como hipótese de exceção, pelo legislador constitucional.

- b) Quanto à possibilidade de acumulação de um cargo de provimento efetivo, com o exercício de mandato eletivo de vereador, melhor sorte assiste a hipotética lei municipal, dado o permissivo contido no art. 38, III, da CF/88, a qual impõe a apreciação do caso concreto, com o escopo de aferição da compatibilidade de horários, entre a atividade legislativa e a do cargo efetivo que já desempenhasse, junto à Administração Pública.

Verifico, nesta hipótese, que o permissivo, em tese, constante da norma infraconstitucional, não poderá deixar de obedecer aos estreitos limites autorizadores do texto Constitucional, isto porque, sempre deverá ser observado, no caso concreto, a possibilidade de compatibilidade do exercício simultâneo das duas atividades, sob pena de aplicação da restrição imposta ao Chefe do Executivo Municipal, consubstanciada no inciso II, do mesmo art. 38, da CF/88.

Assim, deverá fazer constar, eventual texto normativo, na esfera municipal, que a possibilidade de acumulação, neste caso, estará condicionada a compatibilidade de horários, das funções simultaneamente exercidas, conforme paradigma constitucional.

*Manoel*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

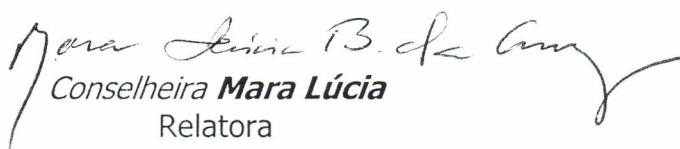
**RESOLUÇÃO N.º 12.022**

- c) Ademais, cabe-me ainda destacar que, nos termos declinados pelo consulente, verifico a existência de restrição desposada na alínea "c", da hipotética norma municipal, a qual diverge do permissivo contido no texto constitucional, especificamente, na alínea "c", do inciso XVI, do art. 37, isto porque, excetuou o Legislador Constitucional, a possibilidade de acumulação de **"dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas"**, sendo indevida a restrição, tão somente, aos médicos, como disciplinado, em tese, pelo Regime Jurídico Único Municipal.

Por todo exposto, considerando os termos da consulta formulada, concluo pela inconstitucionalidade, em tese, de dispositivo contido em lei municipal, que autorize a acumulação de cargo de Secretário Municipal, dada sua natureza eminentemente de cargo político (agente político), nos termos consignados pelo órgão técnico, em face de sua divergência com a norma constitucional vigente; a necessidade de vinculação da possibilidade de acumulação de cargo de vereador, com outro cargo efetivo, desde que observada a regra de compatibilidade prevista na Constituição Federal, bem como entendo por prévia e expressa previsão constitucional, a manutenção de indevida restrição, no mesmo texto infraconstitucional, que autorize, tão somente, a possibilidade de acumulação de dois cargos de médicos, afastando tal permissivo aos demais profissionais da área de saúde, a teor dos dispositivos constitucionais referenciados.

**Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **25 de agosto de 2015.**

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora